

Documentos

ISSN 0103-9865
Outubro, 2009

134

Grupos comunitários de estudos - GCE

Metodologia participativa para facilitar o processo de gestão de recursos naturais em comunidades rurais

ISSN 0103-9865
Outubro, 2009

*Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Embrapa Rondônia
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento*

Documentos 134

Grupos comunitários de estudos - GCE

**Metodologia participativa para facilitar o processo de
gestão de recursos naturais em comunidades rurais**

Vânia Beatriz Vasconcelos de Oliveira

Porto Velho, RO
2009

Exemplares desta publicação podem ser adquiridos na:

Embrapa Rondônia

BR 364 km 5,5, Caixa Postal 406, CEP 78900-970, Porto Velho, RO
Telefones: (69) 3901-2510, 3225-9387, Fax: (69) 3222-0409
www.cpafrro.embrapa.br

Comitê de Publicações

Presidente: *Cléberon de Freitas Fernandes*

Secretária: *Marly de Souza Medeiros*

Membros:

Abadio Hermes Vieira

André Rostand Ramalho

Luciana Gatto Brito

Michelliny de Matos Bentes-Gama

Vânia Beatriz Vasconcelos de Oliveira

Normalização: *Daniela Maciel*

Editoração eletrônica: *Marly de Souza Medeiros*

Revisão gramatical: *Wilma Inês de França Araújo*

1ª edição

1ª impressão (2009): 100 exemplares

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610).

CIP-Brasil. Catalogação-na-publicação.
Embrapa Rondônia

Oliveira, Vânia Beatriz Vasconcelos de.

Grupos comunitários de estudos - GCE: metodologia participativa para facilitar o processo de gestão de recursos naturais em comunidades rurais/ Vânia Beatriz Vasconcelos de Oliveira. -- Porto Velho, RO: Embrapa Rondônia, 2009.

17 p. (Documentos / Embrapa Rondônia, ISSN 0103-9865; 134).

1. Comunicação Social. 2. Divulgação científica. 3. Educomunicação. 3. Música. 4. Comunidade Rural. I. Título. II. Série.

CDD (21.ed.) 338.1

© Embrapa - 2009

Autora

Vânia Beatriz Vasconcelos de Oliveira

Comunicóloga, M.Sc. em Extensão Rural, pesquisadora da
Embrapa Rondônia, Porto Velho, RO, vania@cpafro.embrapa.br.

Sumário

Introdução	7
Etapas e elementos da proposta metodológica	10
Oficinas como espaço de comunicação	10
Grupos Comunitários de Estudos (GCE)	11
Dinâmicas de comunicação	
Primeiras experiências de aplicação em comunidades	12
Comunidades ribeirinhas	12
Assentamento de reforma agrária	13
Múltiplos usos de música	13
Considerações finais e recomendações	14
Referências	15

Grupos comunitários de estudos - GCE

Metodologia participativa para facilitar o processo de gestão de recursos naturais em comunidades rurais

Vânia Beatriz Vasconcelos de Oliveira

Introdução

A sustentabilidade como paradigma de um novo modelo de desenvolvimento, tem orientado grande parte dos programas e projetos de pesquisa e das políticas públicas para as comunidades rurais. Com a criação da Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 21 Nacional Brasileira, foram selecionadas seis áreas temáticas que refletem a problemática sócioambiental do país, sendo uma delas a Agricultura Sustentável. Dentre as diretrizes para que se atinja a sustentabilidade no campo está a "...revisão, planejamento e programação integrada da política agrícola, à luz do aspecto multifuncional da agricultura, em especial no que diz respeito à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável" (NOVAES et al., 2000).

Para isso, faz-se necessário iniciativas na área da educação, o uso de incentivos econômicos e o desenvolvimento de tecnologias novas e apropriadas, que assegurem, dentre outras coisas, o manejo dos recursos naturais juntamente com a proteção ao meio ambiente.

As comunidades rurais da Amazônia ainda precisam de grande atenção e apoio para conseguir utilizar seus recursos naturais de modo a obter efetivas melhorias sociais, econômicas e ambientais. As comunidades ribeirinhas da região, em particular, têm sofrido a pressão sobre o uso dos seus recursos naturais em áreas de floresta, nas várzeas dos rios e nos lagos, em função da expansão da atividade agropecuária e do crescimento populacional. A produção da agricultura familiar ainda é praticada no sistema de derruba e queima da floresta, com cultivos estabelecidos na maioria das vezes sem assistência técnica, prevalecendo práticas não sustentáveis.

A idéia de descentralização da administração de recursos naturais e o envolvimento de populações locais têm ganho espaço na formulação de políticas públicas e na elaboração de projetos de desenvolvimento regionais. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA gestor da política ambiental brasileira, nos últimos dez anos introduziu uma série de medidas para descentralizar a atuação do Estado e aumentar o grau de participação dos atores sociais locais na gestão dos recursos naturais, integrando iniciativas de manejo comunitário por meio de programas como o ProVárzea e o ProManejo (BENATTI et al., 2003). O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, por seu Plano de Ação para o Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos, propõe por sua vez, o envolvimento das famílias assentadas na elaboração de seus planos de desenvolvimento, PDA (PLANO..., 1998).

Estes são exemplos de políticas públicas que associam a participação dos beneficiários na elaboração e implementação de projetos de intervenção para o desenvolvimento local. Em geral, tais programas empregam em suas estratégias de implementação uma abordagem multidimensional, na análise das dificuldades e identificação das oportunidades para o desenvolvimento, e apostam num processo de sensibilização, mobilização e capacitação dos atores sociais locais para construir alianças para a gestão concertada dos recursos naturais.

Apoiar a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais na gestão participativa do desenvolvimento sustentável é uma das diretrizes estratégicas do Governo Federal para promover a implementação e integração de políticas públicas na implementação dos territórios rurais, política que direciona esforços para a redução da pobreza, o combate à exclusão social e a diminuição das desigualdades sociais e regionais dos territórios rurais e promover a implementação e integração de políticas públicas (BRASIL, 2005).

Planejamento e gestão ambiental são ações que devem ser integradas, tendo como base a participação dos atores sociais envolvidos (órgãos públicos, instituições privadas, empresários, comunidade residente, ONG), tanto na elaboração quanto na implantação do Plano de Gestão. Sachs e Mendes (1997), consideram que o planejamento do desenvolvimento deve levar em conta, simultaneamente, cinco dimensões da sustentabilidade: social, econômica, ecológica, espacial e cultural. Este processo implica em modificações nas relações sociais e na forma de organização da sociedade, de modo a dar respostas à questões que permeiam as dimensões da sustentabilidade, sobretudo no campo educativo, espaço político-pedagógico no qual se trabalha o processo de mudança.

Nesse contexto, a pesquisa e a extensão rural devem atuar de forma integrada, complementando suas ações, com as demais instituições responsáveis pela promoção do desenvolvimento rural, otimizando os resultados, corrigindo suas deficiências técnicas e metodológicas e o distanciamento entre o processo de geração, difusão e adoção de tecnologias.

Este trabalho propõe-se a sistematizar informações visando validar uma metodologia de facilitação do processo de gestão de recursos naturais, analisando a repercussão dessa proposta metodológica nas ações coletivas de agricultores familiares em comunidades ribeirinhas do Rio Madeira e em assentamento de reforma agrária.

Fundamentos teóricos da metodologia de grupos comunitários de estudos (GCE)

O referencial teórico da proposta está baseado no exercício da relação dialógica e na construção de saberes (FREIRE, 1992), tendo as oficinas como espaço comunicacional (RODRIGUES; SOTO, 1997). Também se adotou as práticas do Ver, Julgar, Agir, propostas na metodologia de macroeducação da Embrapa Meio Ambiente (HAMMES, 2004a,b,c).

Os procedimentos metodológicos fundamentam-se num processo sócioeducativo, no qual a educação, a capacitação e a participação surgem como elementos do processo de formação de cidadãos conscientes e responsáveis por suas próprias decisões e da sociedade em que se integram. Para educar e capacitar são necessários sistemas, instrumentos, processos e metodologias de comunicação pedagógica que tornem ditos processos mais eficientes e adequados aos usuários (GAVIRIA, 1998).

Trata-se aqui da educação não-formal, caracterizada por um processo de aprendizagem em grupo e de valorização dos aspectos culturais que articulam as ações dos indivíduos. (GOHN, 2001) e da comunicação dialógica, utilizando dinâmicas de natureza conscientizadora – participativa, por meio das quais, busca-se valorizar os aspectos culturais que articulam as ações dos indivíduos e influem no seu processo de tomada de decisão (FREIRE, 1992).

Estudos sobre o processo de implantação de sistema de gestão de recursos naturais, e em especial dos recursos florestais em regime comunitário, apontam a fragilidade das

organizações comunitárias como um dos principais entraves a esse processo (AMARAL; AMARAL NETO, 2000; SMITH, 2005). Sperry et al. (2003), em trabalhos realizados com agricultores familiares, aborda a importância da compreensão da racionalidade do agricultor familiar, quanto as suas decisões de participação em ações coletivas, sob a perspectiva do estabelecimento de redes de comunicação, em todo o processo de planejamento e implementação de uma ação coletiva.

Estas constatações reforçam a justificativa da importância do desenvolvimento de metodologias pedagógicas de comunicação. A proposta metodológica em construção, quer fortalecer as organizações comunitárias, partindo do pressuposto de que o desenvolvimento rural sustentável depende de um processo articulado de capacitação e comunicação e de que a implementação da gestão ambiental, entendida essencialmente como um processo de mediação de conflitos de interesses (LAYRARGUES, 2002), demanda um espaço comunicacional que legitime a participação dos atores sociais envolvidos no processo de gestão participativa e valorize os saberes tradicionais.

Desenvolver a capacidade de comunicação e participação do atores sociais locais, visando a gestão dos recursos naturais, se insere no campo da comunicação/educação como espaço de conversão de vários saberes, fundamental na construção da cidadania (BACCEGA, 2001). Essa perspectiva tem sua importância por permitir a relação dialógico-comunicativa proposta por Paulo Freire, a qual, embora gerada para o contexto da relação agricultores e técnicos, pode-se dizer, é muito mais estudada no meio acadêmico e aplicada na educação formal, do que no trabalho de extensão rural.

Para Herz (1999) a comunicação constitui uma parte substancial do processo de fortalecimento das diversas capacidades locais, assim como da articulação dos distintos atores sociais para a construção de uma alternativa de desenvolvimento sustentável com equidade. A comunicação participativa, busca promover a real participação dos atores sociais locais. Quando pensada em relação ao manejo de recursos naturais, ela compreende a satisfação das necessidades das populações rurais, a partir do manejo sustentável dos recursos florestais (árvores, plantas, animais, solos, água etc.), como elementos com os quais os atores sociais a eles vinculados, se relacionam em diferentes momentos de sua vida, bem como incorpora a relação que estabelecem esses atores entre si, no processo de acesso, uso e benefício dos recursos naturais (HERZ, 1999).

Dentre as propostas de construção da sustentabilidade para a Gestão dos Recursos Naturais expressas na Agenda 21 Brasileira, está a *"o desenvolvimento de pesquisas para subsidiar a gestão dos recursos naturais"* por meio da geração de conhecimento técnico e científico, empírico e tradicional. Tal estratégia inclui o *resgate de informações sobre práticas de populações tradicionais e de usuários de recursos naturais, em geral, que considerem a sustentabilidade econômica, social e ambiental em uso* (NOVAES et al., 2000).

Uma vez que a utilização e a conservação dos recursos naturais frequentemente envolvem situações que demandam um processo articulado de gestão ambiental, mediador dos conflitos socioambientais, justifica-se a importância da geração, experimentação e validação de uma metodologia socioeducativa para facilitar o processo de gestão de recursos naturais, por se apresentar como uma possibilidade de criar pontes entre os atores sociais envolvidos. Isto é, por meio da construção de conhecimento sobre a realidade local, exercitar o diálogo entre o saber local e o saber técnico-científico; estímulo à participação, orientação para as ações coletivas, e capacitação para a auto-gestão do desenvolvimento, valorizando os recursos locais, de tal forma que possam efetivamente provocar as transformações demandadas pela sociedade.

A metodologia visa também, contribuir para a práxis do trabalho com grupos em extensão rural/florestal e para as discussões teóricas sobre a gestão concertada de recursos.

Etapas e elementos da proposta metodológica

A aplicação da metodologia compreende três etapas: sensibilização, estudos em grupo, e planejamento e difusão. Os elementos da proposta também são três: (1) os Grupos Comunitários de Estudos (GCE); (2) as oficinas como espaço de comunicação e construção de conhecimento sobre a realidade local; (3) as dinâmicas de comunicação com uso de música (Figura1).

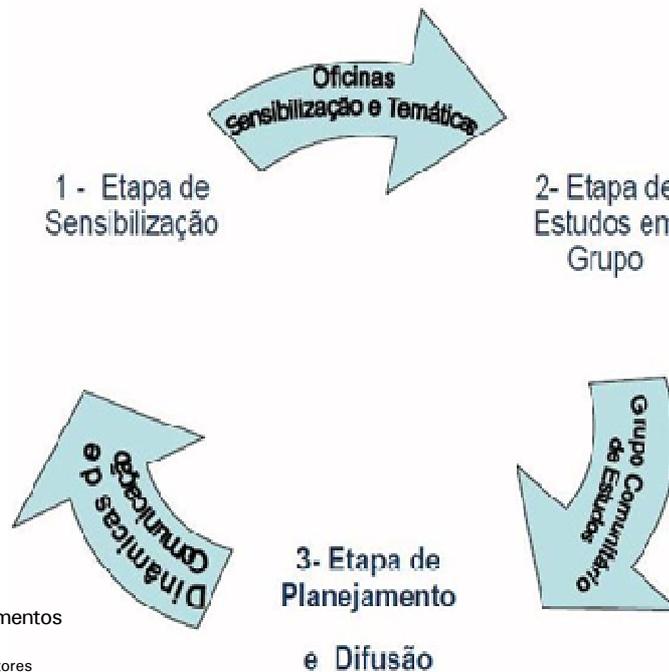


Figura1. Etapas e elementos da metodologia GCE.
Fonte: Elaborado pelos autores

Oficinas como espaço de comunicação

As oficinas são planejadas como um espaço comunicacional, no qual se exercitam, o “diálogo dos saberes”, a construção coletiva de conhecimento, envolvendo o saber local e o saber técnico, e a resolução dos conflitos. Elas são desenvolvidas em duas modalidades: oficinas de sensibilização e oficinas temáticas de estudo

Na etapa de sensibilização as oficinas permitem o envolvimento de um grupo maior e a triagem, por interesse comum dos componentes dos grupos. As oficinas de sensibilização têm por objetivo promover a mobilização da comunidade, discutir e introduzir a proposta de trabalho em grupo e a constituição, elaboração e aprovação do regimento interno de funcionamento do Grupo Comunitário de Estudo (GCE).

Na etapa de estudos em grupo, são denominadas “oficina temática de estudo” através da qual se trabalha um determinado tema, e a partir deste faz-se uma discussão abrangendo as questões transversais a ele. Na etapa de planejamento e difusão, elas são denominadas “oficina de trabalho”, quando o grupo estará finalizando o “produto”, cujo protótipo veio sendo construído nas oficinas temáticas, produto este que pode ser, o Plano de Desenvolvimento, a Agenda 21 ou outro instrumento de gestão definido pelo grupo.

Grupos Comunitários de Estudos (GCE)

As atividades nos Grupos Comunitários de Estudo são conduzidas numa perspectiva de ação participativa e como espaço de construção de conhecimento sobre a realidade local, no qual se busca exercitar a colaboração, união e organização do grupo, características importantes

da concepção dialógica de Paulo Freire (1992). Esta concepção orienta o pressuposto adotado, de que o fortalecimento da capacidade organizacional da comunidade para o manejo comunitário se estabelece, em primeira instância, no grupo constituído para esse fim, muito mais que em grupos de interesses diversos, como é o caso das associações de produtores.

Os GCE são constituídos na oficina final da etapa de sensibilização. Caracterizam-se como instâncias de discussões sobre a realidade local, que envolve os atores sociais locais (pescadores artesanais, agricultores familiares, professores) e técnicos das instituições participantes, para discutir e gerar informações sobre aspectos ambientais, operacionais, legais e sócioeconômicos das suas atividades produtivas.

Na segunda etapa, de estudos em grupo, a discussão sobre a gestão dos recursos naturais da comunidade é conduzida como um "tema gerador", em uma unidade de educação agroambiental (UEA), um fórum de debate comunitário, que visa construir, em conjunto, o conhecimento necessário para compreender a situação e tentar buscar uma resolução de apoio coletivo (HAMMES, 2002).

A terceira etapa, de planejamento e difusão, ocorre paralelamente às etapas anteriores, com as ações de planejamento das oficinas e elaboração das dinâmicas de comunicação e culmina com a elaboração do plano de desenvolvimento, a partir dos resultados das discussões processadas, e acordos estabelecidos na etapa de estudos em grupo.

Dinâmicas de comunicação

Dinâmica de grupo foi a técnica aplicada para promover a comunicação, efetivando a oficina como um espaço comunicacional, de construção de conhecimento de forma dialogada. Na fase inicial do trabalho em grupo, as dinâmicas são classificadas como de inclusão (COSTA, 2003).

Vivência, dinâmica, técnica e jogo, são denominações de técnicas de trabalho com grupos, aplicadas ao processo de ensino aprendizagem. Toda atividade que se desenvolve com um grupo (reuniões, workshops, grupos de trabalho, grupos de crescimento ou treinamento, plenário/grandes eventos, etc.) que objetiva integrar, desinibir, 'quebrar o gelo', divertir, refletir, aprender, apresentar, promover o conhecimento, incitar à aprendizagem, competir e aquecer, pode ser denominada Dinâmica de Grupo. (MILITÃO; MILITÃO, 2005:22)

Toda atividade que se desenvolve com um grupo, que objetiva integrar, desinibir, "quebrar o gelo", divertir, refletir, aprender, apresentar, promover o conhecimento, incitar à aprendizagem, competir e aquecer, pode ser denominada dinâmica de grupo" (MILITÃO; ALBIGENOR; ROSE, 2005).

No elenco de dinâmicas criadas e aplicadas nos grupos, o uso de música é um dos recursos utilizados. A inserção do uso de música em trabalho com comunicação para gestão de recursos naturais em comunidades, inclui a experimentação de fórmulas audiovisuais alternativas que buscam superar as rotineiras dinâmicas de uso de imagens e sons educativos, criando dinâmicas adaptadas à realidade local, utilizando música como auxiliar em atividades de sensibilização (OLIVEIRA et al., 2002; OLIVEIRA; BENTES-GAMA, 2006).

Na educação, modelos de análise de discurso preconizam, o "sentir e o pensar" como premissas do conhecimento privilegiadas pelos pesquisadores, assim como pedagogias que incorporam estratégias cognitivas, artísticas e musicais: [...] *a prática da música não só fornece condições para a compreensão e expressão de um fluxo de ideias e emoções, como permite que os educandos operem semióticas que resultem em sentido para suas vidas* (SEKEFF, 2007, p.128).

A criação de dinâmicas de comunicação com a utilização de música popular brasileira, como apoio à discussão e reflexão sobre as questões ambientais, gestão e uso dos recursos naturais, vem sendo testada como parte da metodologia de Grupos Comunitários de Estudo (GCE). A técnica consiste na seleção de uma canção, preferencialmente de artista regional, ou local, cuja letra aborde questões relacionadas ao tema em discussão na oficina (OLIVEIRA, 2007a).

Primeiras experiências de aplicação em comunidades

A metodologia foi aplicada inicialmente, nas comunidades ribeirinhas de Cujubim Grande e Porto Seguro, em Porto Velho, em 2004 a 2006 (OLIVEIRA et al. 2004a,b,c; 2006); e no assentamento Nilson Campos, em Jaci Paraná, Porto Velho – Rondônia (OLIVEIRA et al., 2004b; OLIVEIRA; BENTES-GAMA, 2006).

Comunidades ribeirinhas

Por meio do projeto *Comunicação e Educação para Gestão Ambiental e Transferência de Tecnologias em Comunidades Ribeirinhas do Rio Madeira, Porto Velho-RO*, coordenado pela Embrapa Rondônia, objetivou-se a geração de conhecimento sobre a realidade local, o planejamento participativo e a adoção de tecnologias que promovessem o desenvolvimento sustentável e integrado da produção agrícola e piscicultura familiar das comunidades Cujubim Grande (74 famílias) e Porto Seguro (82 famílias).

Com o pressuposto de que a estratégia de geração de conhecimento a partir da integração do conhecimento tradicional com o conhecimento científico, bem como a promoção de oficinas participativas, seja a forma mais adequada para promover o diálogo e a concertação entre os atores sociais participantes do processo de gestão ambiental.

A sensibilização para a gestão ambiental participativa, a capacitação para o fortalecimento organizacional e trabalho em grupo, foram algumas das atividades desenvolvidas na comunidade Cujubim Grande, num processo de reflexão e ação sobre os conflitos socioambientais envolvendo a problemática da pesca predatória no Lago Cujubim. Na etapa de sensibilização foram realizadas, mensalmente, três oficinas em cada comunidade. Ao final desta etapa foram constituídos grupos, para estudo do processo produtivo (OLIVEIRA et al., 2006)

Em Cujubim Grande, embora a organização em GT – Grupo de Trabalho já fosse uma prática, apenas quatro deles aderiram a proposta de grupo de estudos: os grupo do Açaí, Babaçu, Peixe e das Plantas Medicinais. Já no assentamento Porto Seguro, os grupos constituídos foram os do Açaí, Mandioca e Plantas Medicinais. Em Porto Seguro o GCE-Mandioca criou uma Unidade de Educação Agroambiental (UEAA), através da qual se deu início ao desenvolvimento de um modelo de cultivo agroecológico para o assentamento (CARVALHO, 2006).

Os GCE, enquanto fórum de debate comunitário, reuniram-se nas oficinas dos grupos de estudo. Nestas, foram feitas discussões em três momentos: primeiro envolvendo os membros de todos os grupos, posteriormente, as discussões eram específicas por Grupo, de acordo com o tema previamente estabelecido; finalizando com uma plenária, com a apresentação e síntese das discussões realizadas nos grupos.

Em Cujubim Grande, o trabalho com o GCE Peixe, coordenado pela Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural de Rondônia (Emater-RO), respondeu à demanda pela gestão dos recursos pesqueiros do Lago Cujubim. Nas oficinas foram retomadas as discussões sobre o monitoramento do lago, o acordo de pesca, e a mediação dos conflitos. O desdobramento das atividades culminou com a formação de agentes ambientais voluntários, pela Secretaria de

Estado do Desenvolvimento Ambiental (Sedam), e a implantação de um projeto de criação de peixes em tanques-redes, pela Emater, com financiamento da Secretaria de Agricultura, Produção e do Desenvolvimento Econômico e Social (Seapes).

Na Etapa III – Planejamento e Difusão, foi realizado um Seminário para a validação do diagnóstico realizado em ambas as comunidades, com a definição de prioridades e planejamento de ações futuras. As atividades desenvolvidas nesta fase, compreenderam: a sistematização das informações produzidas nos GCE; e a elaboração e aprovação de documento orientador das demandas locais.

Assentamento de reforma agrária

A aplicação da metodologia de grupo comunitário de estudos no assentamento Nilson Campos fez parte das atividades do projeto "Organização comunitária em apoio ao manejo florestal em assentamento rural" uma proposta elaborada pela Embrapa Rondônia e aprovada pelo, Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia (ProManejo), criado no âmbito do Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais (PPG-7) e executado pelo IBAMA e Ministério do Meio Ambiente. O objetivo do projeto foi o de sensibilizar produtores rurais para a importância do uso racional dos recursos florestais e estimular a formação de grupo interessado na implementação do manejo florestal comunitário (MFC)(OLIVEIRA et al., 2004c).

Na etapa de sensibilização, desenvolvida no período de julho a setembro de 2005, foram realizadas três "Oficinas Educativas de Sensibilização". Esta etapa culminou com a constituição de um Grupo Comunitário de Estudo (GCE), formado por 12 comunitários e seis técnicos, dentre pesquisadores da Embrapa Rondônia e técnicos de instituições parceiras.

Múltiplos usos de música

Foram utilizadas músicas em distintos momentos e objetivos. Na oficina de sensibilização, para o nivelamento conceitual de organização comunitária, se aplicou dinâmica de reflexão sobre a "participação" e sua importância do processo de MFC; e os papéis dos membros do grupo, utilizando-se a música "Todos Juntos", do musical "Os Saltimbancos" (Badotti – Chico Buarque de Holanda). Para o estudo sobre a biodiversidade, em uma das reuniões do GCE foi aplicada a dinâmica com o uso da música Matança (Jatobá). A música "Saga da Amazônia" (Xangai – Cantoria 2, 1994) foi uma das ferramentas que permitiu trabalhar a sensibilização quanto à urgência em se reformular o modelo predador de exploração florestal no assentamento (BENTES-GAMMA et al., 2006)

Outra forma de aplicação de músicas ocorreram em solenidades de abertura de eventos relacionados aos projetos, como Curso de Formação de Educadores Ambientais, os Seminários de Comunicação e Educação para Gestão Ambiental e o I Encontro sobre Manejo Florestal Comunitário, com as músicas "Siglas" (Mota Júnior; Nilson Santos, s.d), "Pérola Azulada" (Zé Miguel; João Gomes, 2006), que prestam tributo ao planeta Terra, conclamam o respeito à natureza e denunciam as situações de degradação ambiental dos recursos naturais (OLIVEIRA, 2007a,b).

Considerações finais e recomendações

Tendo como referência os estudos sobre trabalho com grupos e ações coletivas, discutimos o contexto social em que se insere o estudo em grupo, as oficinas como espaço comunicacional e o uso de música como base para a discussão e reflexão no processo de construção coletiva de conhecimentos, elementos de uma proposta metodológica de facilitação do processo de gestão de recursos em comunidades rurais.

Embora composta de três elementos, a nomeamos de metodologia de Grupos Comunitários de Estudo, por ser esta a célula mais forte e onde se desenvolve um processo de gestão participativa de recursos em uma determinada comunidade.

As etapas do trabalho recomendadas são: em primeiro, a constituição de grupos comunitários de estudos, após uma fase de sensibilização de no mínimo três meses, conforme for o grau de envolvimento dos extensionistas, ou educadores ambientais com a comunidade. Na segunda etapa, são realizadas as oficinas de estudo. Trabalha-se com um número menor de participantes, identificados e comprometidos com os objetivos do grupo. Na terceira e última etapa, são realizadas as oficinas de trabalho, quando se elabora o planejamento das atividades a serem desenvolvidas pelo grupo e se delinea um plano mínimo de desenvolvimento local, ou a Agenda 21 local.

No trabalho com grupos comunitários de estudos (GCE) temáticos, foram desenvolvidas (criadas e, ou adaptadas) dinâmicas como metodologias motivadoras da participação de seus membros. Dentre elas, adotou-se o uso de música como apoio à discussão e reflexão sobre as questões ambientais, gestão e uso dos recursos naturais.

O emprego de música popular como prática pedagógica na educação formal já é bastante conhecido e difundido. Na aplicação da técnica aos GCE, o uso de música proporcionou de forma rápida e participativa, a geração de um conjunto de informações sobre o uso e manejo dos recursos a partir do conhecimento local, cujas informações podem ser especialmente valiosas no processo de comunicação na educação não-formal, e como ferramenta de sensibilização e motivação para a gestão ambiental e facilitadora do processo de comunicação entre técnicos e produtores rurais.

Nas análises do processo, encontramos limitações na execução da etapa de planejamento e difusão, que se prolongou para além do período previsto e onde os comunitários tendem a compreender o planejamento, como um compromisso da instituição que os auxilia na elaboração do mesmo.

Não obstante essas limitações, a metodologia trás algumas contribuições e inovações que representam um avanço em relação as tradicionais práticas de intervenção. Dentre elas podemos elencar:

- A criação e sistematização de dinâmicas apropriadas ao ambiente ribeirinho amazônico, contribui para promover a inserção de princípios da educação ambiental no processo de pesquisa e transferência de tecnologia, em comunidades ribeirinhas.
- Sistematizando métodos e procedimentos que possam ser empregados em outras comunidades, de modo a aumentar suas capacidades de administrar o uso dos recursos naturais de maneira sustentável.

- A abordagem metodológica de estudo em grupo, como um processo educativo de extensão florestal, propulsor da discussão da proposta de organização para a elaboração do plano de manejo florestal comunitário em assentamento rural, bem como permite o fortalecimento do grupo, por meio do aporte de informações sobre seus objetivos e motivação para o desenvolvimento de suas potencialidades.
- As oficinas, como espaço para promover o diálogo e a concertação entre os atores sociais participantes do processo de gestão destes de recursos. Configuram-se como uma proposta inovadora de abordagem interdisciplinar e interinstitucional da gestão dos recursos naturais, utilizando-se metodologias e técnicas que articulam componentes de comunicação e educação para a gestão ambiental, planejamento participativo e construção coletiva do conhecimento.
- As primeiras oficinas, realizadas em junho/2004 ratificaram a oportunidade de diálogo e concertação que esse espaço comunicacional oferece para o resgate dos saberes tradicionais e para o processo de planejamento participativo.
- A produção e aplicação de música e de recursos audiovisuais (álbum seriado ou videoclipes) são elementos da comunicação educativa que contribuem para a ação da extensão rural.
- As análises preliminares indicam a necessidade de otimizar o uso da metodologia e suas técnicas e registrar seus avanços, contribuindo assim para a troca de experiências entre os atores sociais envolvidos na esfera da capacitação para a gestão dos recursos ambientais.

Referências

AMARAL, P.; AMARAL NETO, M. **Manejo florestal comunitário na Amazônia brasileira**: situação atual, desafios e perspectivas. Brasília, DF: Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2000. 57 p.

BACCEGA, M. A. Comunicação/Educação: conhecimento e mediações. **Comunicação & Educação**, São Paulo: CCA-ECA-USP:Moderna, v. 4, n.7/20, jan/abr.2001.

BENNATTI, J. H.; MC GRATH, D. G.; OLIVEIRA, A. C. M. Políticas Públicas e Manejo comunitário de recursos Naturais na Amazônia. In: **Revista Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 6, n.2, p. 137-154, jul/dez2003.

BENTES-GAMA, M. de M.; OLIVEIRA, V. B. V.; VIEIRA, A.H.; LOCATELLI, M.; RODRIGUES, V. G. S.; MEDEIROS, I. M.; MARTINS, E.P. Fortalecimento do manejo florestal comunitário em assentamento rural na amazônia ocidental, Rondônia, Brasil. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DA IUFRO 2., 2006, La Serena **Anais**. La Serena: INSTITUTO FORESTAL DE CHILE, 2006. Disponível em: < <http://www.asb.cgiar.org/PDFwebdocs/Bentes-Gama-et-al-2006-Cenarios-Rondonia.pdf> >. Acesso em: 10 jan. 2008. 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de territórios rurais**. Brasília, DF, 2005. 28 p. (Série Documentos Institucionais, 2).

CARVALHO, J. O. M. Diagnóstico Participativo junto a produtores do Assentamento Porto Seguro, Porto Velho/RO. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 4., 2006, Belo Horizonte. **Construindo horizontes sustentáveis**: anais. Belo Horizonte: EMATER-MG, 2006. 1 CD-ROM.

COSTA, E. P. **Técnicas de Dinâmica**: facilitando o trabalho com grupos. 2.ed. Rio de Janeiro: WAK, 2003.

GAVIRIA, L. **Especialización en la Comunicación para el Desarrollo Rural**. SDdimensiones, 1998. Disponível em: < <http://www.fao.org/sd/SPdirect/cdan0019.htm> >. Acesso em: 12 ago. 2009.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992. 93 p. (O Mundo Hoje, v. 24).

GOHN, M.G. **Educação não-formal e cultura política**: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Questões da Nossa Época, 71).

HAMMES, V. S. (Ed.). **Proposta metodológica de macroeducação**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002. v. 2 159p. (Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável, v. 2).

- HAMMES, V. S. (Ed.). *Julgar - percepção do impacto ambiental*. São Paulo: Globo, 2004a. v.4 223p. il. (Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável, v. 4).
- HAMMES, V. S. (Ed.). *Agir - percepção da gestão ambiental*. São Paulo: Globo, 2004b. v.5 280p. il. (Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável, v. 5).
- HAMMES, V. S. (Ed.). *Ver - percepção do diagnóstico ambiental*. São Paulo: Globo, 2004c. v.3 228p. il. (Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável, 3).
- HERZ, C. Por una comunicación participativa. **Bosques, arboles y Comunidades Rurales**, Quito: FAO, n. 30/31, p.23 -28, mayo 1999.
- LAYRARGUES, P. P. Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. In: LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P.P.; CASTRO, R.S. de (Org.). **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 87-156.
- MILITÃO, A. ; MILITÃO, R. **Jogos, dinâmicas e vivências grupais: como desenvolver sua melhor "técnica" em atividades grupais**. Rio de Janeiro:Qualitymark, 2005. 248 p.
- NOVAES, W.; RIBAS, O.; NOVAES, P. da C. (Coord.) *Agenda 21 brasileira: bases para discussão*. Brasília,DF: MMA/PNUD, 2000. 192 p.
- PLANO de Ação para o Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos. [Brasília]: INCRA, 1998, 14p.
- OLIVEIRA, V. B. V.; RODRIGUES, V. G. S.; MEDEIROS, I. M. Comunicação no planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável do assentamento Asa do Avião, Machadinho do Oeste – RO. In: XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação: INTERCOM, 01-05 set. 2002, Salvador. **Anais...** Salvador: INTERCOM (Artigo. set./2002. CD-ROOM).
- OLIVEIRA, V. B. V.; RODRIGUES, V. G.; MONTEIRO, R. P.; LEÔNIDAS, F. das C.; LOCATELLI, M.; OLIVEIRA, S. J. de M.; PEREIRA, R. G. de A.; MEDEIROS, I. M.; FERNANDES, S. R. **Planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável do Assentamento Asa do Avião**, Machadinho do Oeste - Rondônia. Porto Velho: Embrapa Rondônia, 2004a. 34p. (Embrapa Rondônia. Documentos, 89).
- OLIVEIRA, V. B. V.; LOCATELLI, M.; LEÔNIDAS, F. das C.; PEREIRA, R. G. de A.; ROSA NETO, C.; HOLANDA FILHO, Z. F.; GONZAGA, D. S. de O.; MEDEIROS, I. M. de; LIMA, I. S. de. **Agricultura Familiar e Planejamento Participativo para o Desenvolvimento do Assentamento Nilson Campos, Jacy-Paraná, Porto Velho - Rondônia**. Porto Velho: Embrapa Rondônia, 2004b. 18p. (Embrapa Rondônia. Documentos, 87).
- OLIVEIRA, V. B. V.; BENTES-GAMA, M. de M.; VIEIRA, A. H.; CARVALHO, J. O. M.; RODRIGUES, V. G. de S.; LEÔNIDAS, F. das C. **Comunicação e educação para gestão ambiental e transferência de tecnologias em comunidades ribeirinhas do rio Madeira**. Embrapa Rondônia: Porto Velho, 2004c. Projeto concluído.
- OLIVEIRA, V. B. V.; BENTES-GAMA, M. de M.; VIEIRA, A. H.; RODRIGUES, V. G.; LOCATELLI, M. Organização e sensibilização para o manejo florestal comunitário em assentamento rural. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE - ANPPAS, 3., 2006, Brasília. [**Anais...** Brasília: ANPPAS, 2006.] (GT 7 - Manejo Comunitário de Recursos Naturais).
- OLIVEIRA, V. B. V.; BENTES-GAMA, M. M. Sabor Açafá: o uso de música em grupos comunitários de estudos sobre o açafá (*Euterpe sp.*) com agricultores familiares ribeirinhos do Rio Madeira In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 3., 2006, Campinas. **Anais...** Piracicaba-SP: FEALQ, 2006. p.437– 444.
- OLIVEIRA, V. B. V.; BENTES-GAMA, M. de M.; CARVALHO, J. O. M.; RODRIGUES, V. G. de S. Educação para gestão ambiental em grupos de estudos: a experiência em Porto Seguro, comunidade ribeirinha do Rio Madeira, Porto Velho, Rondônia. In: ENCONTRO RONDONIENSE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 1., 2007, Porto Velho, RO. **Experiências em educação ambiental no Estado de Rondônia: anais** [recurso eletrônico]. Porto Velho: CIEARO, 2007. 1 CD ROM.
- OLIVEIRA, V. B. V. O uso de música na educação de agricultores familiares para gestão ambiental. In: ENCONTRO RONDONIENSE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 1., 2007a, Porto Velho, RO. **Experiências em educação ambiental no Estado de Rondônia: anais** [recurso eletrônico]. Porto Velho: CIEARO, 2007. 1 CD ROM.
- OLIVEIRA, V. B. V. Inter-relações entre comunicação e educação em grupos comunitários de estudos sobre questões ambientais: do álbum seriado ao videoclipe. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO DA REGIÃO NORTE - INTERCOM, 6., Belém. [**Anais...**]. Belém: UFPa, 2007b. 1 CD ROM.
- RODRÍGUEZ, S.; SOTO, M. A. C.. **El taller participativo: una herramienta para hacer vida la convención de la diversidad biológica**. Heredia: EUNA, 1997. (Cuadernos Didácticos CAMBIOS n.1)

SACHS, I.; MENDES, A. D. A Inserção da Amazônia no Mundo. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (Org.). **Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: CEJUP/UFPA-NAEA, 1997. pp. 133-146.

SEKEFF, M. L. **Da música: seus usos e recursos**. São Paulo: Pontes, 2007.

SMITH, R. Formas de organizações e papel das organizações de apoio às iniciativas de manejo florestal comunitário. In: AMARAL, P.; KRÄMER, F.; AMARAL NETO, M. **Oficina de manejo comunitário e certificação florestal na América Latina**. Belém: IMAZON; GTZ; IEB, 2005. 43 p. il. color

SPERRY, S.; CARVALHO JUNIOR, C. H. T. de; MERCOIRET, J. **Ações coletivas praticadas pelos produtores rurais**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2003. 150 p.

Músicas:

Siglas. Mota Júnior; Nilson Santos. Baribu Nonato. Faixa. s/d. CD.

Pérola Azulada. Zé Miguel; João Gomes. Zé Miguel Acústico. Faixa 1. 2006. CD.

Embrapa

Rondônia

Ministério da
Agricultura, Pecuária
e Abastecimento

